

Senado já se preocupa com revitalização

Durante os anos 70 e um pouco antes talvez, o Senado foi o centro dos mais importantes debates sobre a vida institucional brasileira, posição que pretende reconquistar por consenso de seus representantes, no momento preocupados com o esvaziamento dos trabalhos de plenário e de suas Comissões Técnicas.

Essa semana serviu, a propósito, para marcar o que pode ser o início de um trabalho objetivo em favor da restauração das prerrogativas do Legislativo, a começar pelo pronunciamento do presidente do Senado, Jarbas Passarinho, que lembrou a vitalidade da Casa, demonstrada mesmo diante da existência das leis de exceção.

A fala do Presidente do Senado foi seguida por um pronunciamento do vice-líder oposicionista Henrique Santillo (PMDB/GO), para quem o esvaziamento do Congresso Nacional decorre principalmente da falta de representatividade parlamentar e da ausência de poder.

FÓRMULAS

O tema também mereceu a atenção do líder do PMDB, Humberto Lucena (PB), que interveio num debate travado quinta-feira em plenário para sugerir às lideranças partidárias o estudo em comum de fórmulas para a restauração das prerrogativas do Legislativo.

Da mesma forma, o senador Luiz Cavalcante, (PDS/AL) revelou-se preocupado com o problema do esvaziamento dos trabalhos do Legislativo e chamou a atenção para a importância do comparecimento maciço de parlamentares ao plenário, no momento em crise.

Essa crise, que o presidente Jarbas Passarinho apontou no começo da semana, contrasta com os tempos de 1975, quando o Senado — conforme lembrou o Senador paraense — foi palco de discussões veementes rigorosamente dentro de termos parlamentares, com tardes "verdadeiramente gloriosas", de galerias, tribunas e plenário repletos.

O quadro registrado por Passarinho, que reclama uma reação urgente, levou grande parte dos senadores ao desinteresse pelos trabalhos de plenário, convencidos de que a presença ali é praticamente inútil.

Trata-se de um quadro anômalo e, portanto, indesejável, especialmente quando se coloca em análise o verdadeiro papel da instituição em favor da normalidade democrática.

POLÍTICA EXTERNA

Esse papel é exercido inclusive no campo da política externa desenvolvida pelo País, como no episódio da disputa das Ilhas Malvinas, entre a Inglaterra e a Argentina.

Ao lembrar, essa semana, que o Congresso precisa estar informado sobre o agravamento da crise e, especialmente, sobre a posição brasileira diante do problema, o líder oposicionista Humberto Lucena, do PMDB, requereu a convocação do chanceler Saraiva Guerreiro para prestar informações ao plenário do Senado. O requerimento, dada a urgência do problema, deverá ser incluído em ordem do dia na próxima semana.

O 1º vice-líder do Senado, Passos Porto (PDS/SE), apoiou a iniciativa, e portanto deverá votar a favor da convocação do Ministro que a partir de hoje participa, em Washington, da reunião da Organização dos Estados Americanos, na qual provavelmente a Argentina invocará o chamado Tratado do Rio, que trata da solidariedade das nações americanas a qualquer país do Continente eventualmente agredido por potência estrangeira.

O tema já foi objeto de análise no plenário do Senado, tendo o senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) advertido, na última quinta-feira, sobre a necessidade de se evitar, a qualquer custo, uma guerra no Atlântico Sul, pois a seu ver isso traria efeitos desastrosos para o mundo.

OUTROS ASSUNTOS

Ainda essa semana, o problema da votação dos empréstimos a Estados e municípios voltou a debate, ao mesmo tempo em que as lideranças do Governo e das Oposições buscavam o terreno das conversações para permitir a desobstrução da pauta.

O assunto será examinado, no começo da próxima semana, pela bancada do PMDB, à qual o vice-líder José Lins, do PDS, encaminhou uma "Proposta de Prioridades", estabelecendo critérios para a votação dos empréstimos.

O líder Humberto Lucena informou que ainda há pontos divergentes entre os membros de sua bancada, razão pela qual ela vai-se reunir terça-feira para uma definição.

Já o vice-líder Henrique Santillo pediu que os decretos-leis sobre a Previdência Social sejam imediatamente colocados em debate.